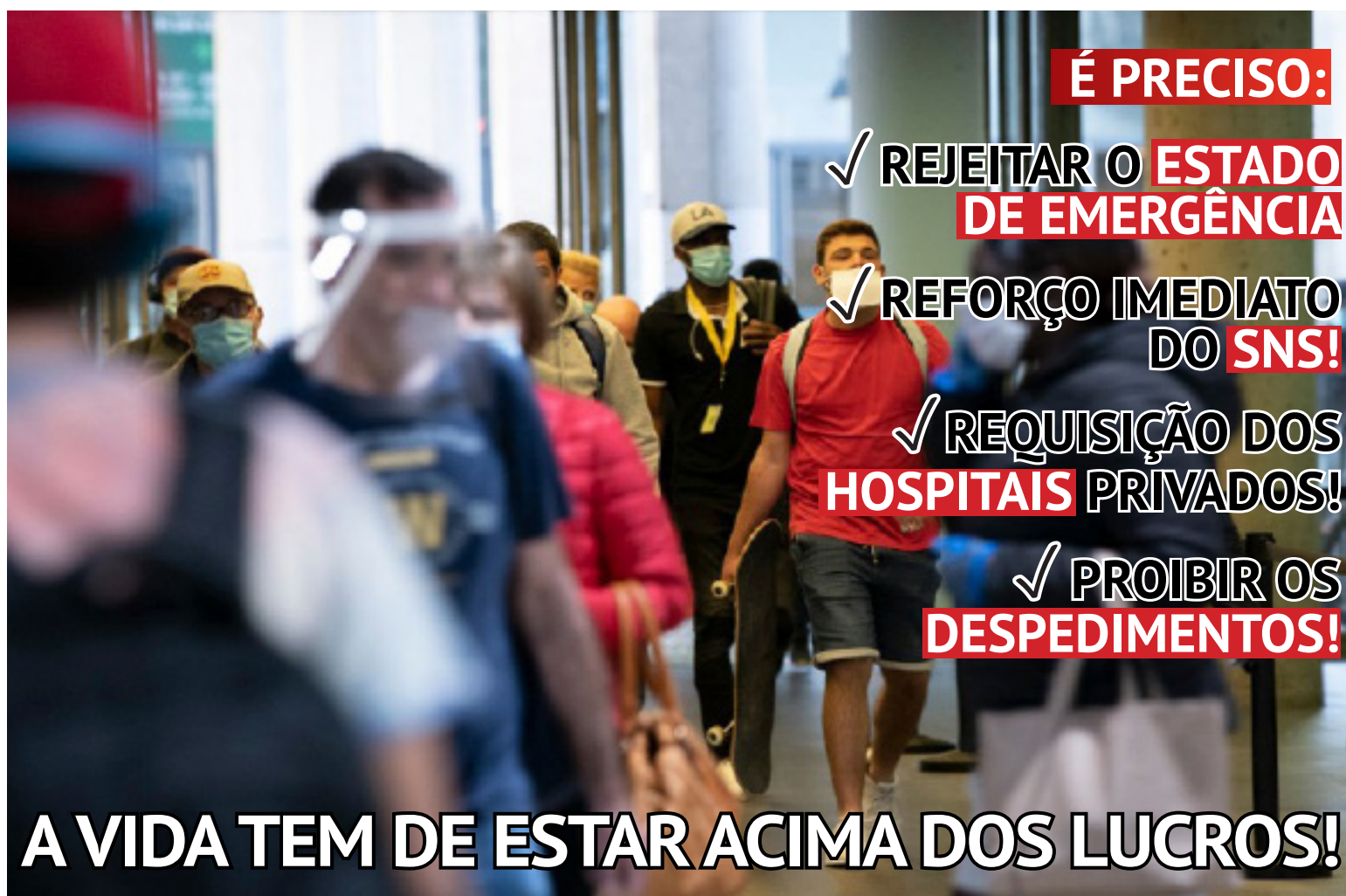


EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

Por uma alternativa
revolucionária
dos trabalhadores

O GOVERNO NÃO RESPONDE À PANDEMIA E MANTÉM A AUSTERIDADE



EDITORIAL

Rejeitar o estado de emergência, colocar a vida acima dos lucros!

Na mesma semana aconteceu a votação do Orçamento de Estado 2021 (OE2021) e o anúncio de novas medidas contra o Covid19. Mas a política do Governo nem combate a pandemia, nem protege os trabalhadores contra o desemprego e a austeridade.

O Governo recusou-se a reforçar o SNS. Em setembro, tínhamos menos médicos do que em janeiro. O OE 2021 não prevê um aumento do investimento no SNS superior ao que foi feito em 2020 (e que nem foi executado na totalidade).

Ao mesmo tempo, o Governo pede ao Presidente que declare o Estado de Emergência para dar quadro legal a mais medidas repressivas. Desde o início da pandemia que fomos contra o Estado de Emergência. Agora é ainda mais grave: se as pessoas se amontoam a trabalhar, nas escolas ou nos transportes onde se vão contagiar, a quem serve o recolher obrigatório durante a noite ou impedir a circulação entre concelhos? Querem tirar-nos os nossos direitos democráticos, enquanto nos obrigam a ser carne para canhão dos lucros dos patrões.

Sabemos que muitos trabalhadores estão contra uma nova quarentena, pelo medo do desemprego e da perda de rendimentos. A verdade é que o OE2021 mantém a austeridade, não proíbe os despedimentos, não acaba com a precariedade, não garante criação de emprego, não protege da miséria quem perdeu o emprego. Mas hoje, para evitar o colapso do SNS e salvar vidas, tem de estar em cima da mesa uma quarentena geral com proteção social. Esta situação

poderia ter sido evitada se se tivesse preparado o SNS, investido nos transportes públicos e escolas, se se garantissem condições de segurança para o trabalho, etc.. Mas nada disso foi feito. Dizia Rui Rio, à saída da reunião com Costa, que um novo confinamento seria necessário, mas que não era possível devido à economia. Hoje, recusar a possibilidade de confinamento é rifar a vida, em particular a dos mais frágeis: os mais velhos e doentes, que são também os mais pobres e oprimidos.

Não podemos aceitar a chantagem e desumanização do capitalismo, que é ter de escolher entre morrer de pandemia ou de fome. Pelo contrário, é preciso sair a lutar para lutar por um reforço imediato do SNS, com recursos materiais e humanos, e requisitando já os hospitais privados! Lutar pela proibição imediata dos despedimentos, contra a precariedade e qualquer corte de rendimento! Lutar contra o Estado de Emergência e as medidas repressivas do Governo, que permitem que nos contagiemos a trabalhar, mas nos recusam o direito ao lazer e à sociabilidade. Lutar, se for necessário, por uma quarentena para salvar vidas, mas com salário garantido e sem despedimentos. Há dinheiro. Só é preciso ir buscá-lo aos milhões do Novo Banco, taxar as grandes fortunas, obrigar as empresas portuguesas do PSI20 a pagar impostos em Portugal. Não será o Governo capitalista de Costa ou uma esquerda presa ao regime que o irão fazer. Só a classe trabalhadora organizada e a lutar poderá escolher a vida e a dignidade da maioria acima dos lucros de uma minoria.

FICHA TÉCNICA

Capa: Joao Viegas

Revisão de Texto: Érica Lemos

Distribuído virtualmente

devido à pandemia

Colaboradores: Arnaldo Cruz, Carloz Ordaz, Cristina Portela, Daniel Gajoni, Joana Salay, José Luís Monteiro, Maria Silva.



Costa diz a verdade quando afirma que “hoje temos mais médicos no SNS”?

Em consulta ao portal da transparência do SNS podemos verificar que os médicos passaram de 30.298 em março para 29.566 em setembro (menos 732 no total);

Ou seja, há uma diminuição do número de médicos no SNS entre março (início da pandemia) e setembro (último mês com dados oficiais disponíveis) de 2020.

#É FAKENEWS!

Fonte: <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/trabalhadores-por-grupo-profissional/>



ENCONTRA PALAVRAS RELACIONADAS COM ESTA EDIÇÃO DO EM LUTA

C L H D R I I C N O S O C M E T T R
F S H L E M L U T A T O A W I E O C
W E O I Y N C W Ú N M U S D C S N N
L R R A E E O D I N H R T E A I I S
P S Ç D T E E E L C P L W L A L T D
T R A B A L H A D O R E S A E A T G
I G M T E S A E O A O C S W N A S U
N R E V O L U Ç ã O S T I A N K N H
I R N N E S H I A M U L H E R E S R
E E T Z U E N S S L D T E U L F H L
I N O I O L N Y O N U B E T H E I D
R E E T N N E E Y A T T M I I K A A

Soluções: trabalhadores, organização, em luta

INTERNACIONAL

Belarus: operários em destaque na revolução

Vistos como uma fraude escandalosa, que deu vitória a Aleksandr Lukashenko com mais de 80% dos votos a 9 de agosto, os resultados das eleições presidenciais têm provocado manifestações massivas nas principais cidades do país. Os protestos, com forte participação do operariado e dos seus métodos de luta, exigem a queda do Governo, a libertação dos manifestantes presos e o fim da repressão.

DANIEL GAJONI

O povo está nas ruas desde agosto. A juventude estudantil – mesmo sob forte ameaça de expulsão das universidades –, pessoas reformadas e trabalhadores em geral unem-se em manifestações massivas. Mas o que fez definitivamente abalar o Governo foi a entrada da classe operária neste processo

revolucionário que sacode a Belarus, com greves a envolver trabalhadores e trabalhadoras de grandes indústrias de automóveis, tratores, fertilizantes, mineração, entre outros setores. Neste processo revolucionário, os comités de greve, os stachkoms, foram as ferramentas utilizadas pelo operariado para exigirem a queda do go-

verno Lukashenko. Com os stachkoms, os trabalhadores atropelaram as antigas organizações sindicais com forte vinculação e dependência do Estado, no país em que fazer greve pode resultar em processos políticos em nome da “segurança nacional”. “As greves construídas pelos stachkoms foram importantíssimas para travar o regime de

“terror” iniciado pelo Governo contra os que foram às ruas e que havia resultado em muita repressão policial e, consequentemente, em milhares de prisões em massa, torturas, assassinatos e desaparecimentos de manifestantes, sobretudo entre os dias 9 e 11 de agosto”, afirma um observador da LIT-QI, em direto da Belarus, ao jornal Em Luta.

ORGANIZAÇÃO

Auto-organização e mulheres na revolução

O surgimento de sindicatos independentes tem sido uma das consequências do processo revolucionário, que se confronta com um regime muito truculento, onde despedimentos injustos e violência fazem parte da cartilha repressiva do Governo e da burguesia. Também é possível ver a auto-organização popular com ações de solidariedade aos trabalhadores demitidos e de suporte jurídico às famílias de manifestantes pre-

sos e desaparecidos. A participação massiva das mulheres é fator imprescindível na revolução. Elas foram fundamentais na luta contra a repressão implementada pelo regime. “Em grande parte foram elas que saíram para libertar os filhos e maridos presos nos dias 9 e 11 de agosto e foram motor importante da crescente resistência geral que parou o terror do regime”, afirma o observador.



SAÍDA

Construir uma alternativa dos trabalhadores

A oposição burguesa encabeçada por Svetlana Tikhonovskaya (que obteve 10% dos votos) não pretende tirar o país da postura de submissão ao capital externo (Rússia e União Europeia). A candidata fez de tudo para conter a revolução atual na Belarus e chegou a aceitar sem reservas o resultado eleitoral de 9 de agosto. Ela quer chegar ao

poder para aprofundar, com uma máscara de “democracia”, as reformas neoliberais e privatizações que Lukashenko não conseguiu ou não ousou fazer desde que chegou ao poder. Por isso, a saída para o povo e a classe trabalhadora não é somente a de derrubar um governo ditatorial e substituí-lo por outro governante com

“cara” de democrata. A mesma criatividade e disposição de luta que os operários tiveram para construir os stachkoms e os novos sindicatos provam que a classe operária pode construir, neste processo, uma ferramenta indispensável para uma revolução social vitoriosa: um partido de trabalhadores, independente da burguesia, com um progra-

ma socialista, que suspenda a dívida externa, nacionalize as grandes propriedades privadas e o sistema financeiro e coloque os recursos do país sob o controle da classe trabalhadora.



Lê a versão completa deste artigo no nosso site!

A NOSSA CLASSE

Eleições CT Volkswagen Autoeuropa

Trabalhadores fortalecem uma alternativa contra o compadrio com a empresa

Nos passados dias 8 e 9 de outubro ocorreram as eleições para a Comissão de Trabalhadores (CT) da Volkswagen Autoeuropa. Estas eleições foram particularmente importantes porque refletem uma primeira experiência com as alternativas que substituíram o legado de António Chora, do Bloco de Esquerda, na CT.

ARNALDO CRUZ

As alternativas que substituíram a direção histórica da CT da fábrica foram rapidamente testadas, num período marcado por vários desafios dentro da fábrica, e não passaram a prova já que, de imediato, viraram as costas aos trabalhadores, preferindo voltar-se para a empresa e procurar o melhor caminho para que os fins de semana de trabalho obrigatório se tornassem inevitáveis.

Apesar de, nos últimos anos, ter existido a efetivação de cerca de 1200 trabalhadores - principalmente por necessidade da empresa - o mandato ficou marcado por um afastamento do chão de fábrica e por uma aproximação à empresa. Este facto cobrou o seu preço

e, nestas eleições, os trabalhadores procuraram uma alternativa que se enfronte com esta lógica de compadrio. A Lista D, constituída por ativistas na sua maioria ligados ao STASA, novo sindicato do setor automóvel, fundado no contexto da luta contra os horários de fim de semana, foi a lista mais votada no chão de fábrica, embora não tenha conseguido a maioria dos votos e, por consequência, da CT.

Este resultado demonstra a vontade dos trabalhadores de recuperarem para si a CT e procurarem um caminho alternativo à conciliação com a administração que só tem trazido perdas de direitos. O resultado ganha um novo valor para o movimento sindical quando a candidatura apoiada pelo SITE-Sul - sindicato da CGTP e dirigido pelo PCP



que se diz alternativa à direção histórica de Chora, mas que, na hora da verdade, também se recusou a levar uma luta coerente contra os fins de semana de trabalho obrigatório - teve nestas eleições uma significativa derrota, perdendo 3 membros na CT da em-

presa.

A defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores será central para esta nova CT resistir ao momento de crise em que estamos a entrar, sempre com os pés no chão de fábrica e com os trabalhadores.

Eleições na aviação: a alternativa cresce, mas é necessário continuar a fortalecê-la

No passado dia 1 de outubro, decorreram as eleições para a Comissão de Trabalhadores da Groundforce, bem como para as respetivas subcomissões nos aeroportos do Porto, Funchal e Faro. A Groundforce é uma empresa do Grupo TAP, líder da assistência em terra nos aeroportos nacionais.

CARLOS ORDAZ

Desde o início da pandemia, já foram despedidos cerca de 1600 trabalhadores na Groundforce, cerca de 40%, sendo estes trabalhadores temporários ou com contratos a termo. O seu despedimento é, assim, injusto e ilegal, pois já representavam um posto de trabalho efetivo antes da pandemia.

Esta situação marcou a campanha da Lista A - SOS CT, candidata às referidas eleições. A situação é atípica, mas a de-

fesa tem de ser sempre o posto de trabalho e os direitos dos trabalhadores e, por isso, não embarcamos no discurso do Governo, nem na sua política de ajudar os patrões e pôr a culpa e o sacrifício do lado dos trabalhadores.

A Lista A aumentou a sua votação nacional, embora tenha mantido os mesmos três representantes, o que não permitiu ter a maioria para poder defender o programa que acredita ser a solução para a encruzilhada em que se encontra o setor: nem um passo atrás na contratação coletiva,

35 horas semanais e reforma aos 55 anos para garantir emprego. Nas subcomissões do Porto e do Funchal a Lista A conseguiu a maioria.

Assim, o balanço continua positivo, mas é preciso continuar a construir a alternativa que fortaleça a luta dos trabalhadores e que não se vergue ao discurso do Governo e do sindicalismo tradicional, defendendo intransigentemente a independência e a autonomia das organizações de trabalhadores face ao Governo e outras instituições.



OE2021: não vai ficar tudo bem

Quase um ano depois do registo do primeiro caso de Covid19 no mundo e 8 meses depois do primeiro caso em Portugal, ainda vai ficar tudo bem? A pandemia foi e continuará a ser, para a maior parte das pessoas, sinónimo de crise.

JOSÉ LUÍS MONTEIRO

O desemprego disparou, a pobreza aumentou e muitos países entraram em recessão. Em Portugal, um recente estudo da Escola Nacional de Saúde Pública conclui que se “agravaram as desigualdades sociais em Portugal, sendo as pessoas com menos recursos financeiros e menos escolaridade as mais afetadas.”

Mas para um seletor grupo de homens e mulheres o cenário foi completamente diferente:

eles ficaram 27,5% mais ricos durante a pandemia.

Vale a pena deixar aqui alguns nomes: Jeff Bezos (Amazon), Bill Gates (Microsoft) e Mark Zuckerberg (Facebook) são apenas três entre os 2000 bilionários que, entre abril e julho deste ano, viram a sua riqueza aumentar 15%.

Para os nossos leitores mais desconfiados podemos garantir que estas contas não são nossas, mas de um recente relatório do insuspeito UBS (Banco de Investimento Suíço).

IRREALISMO

Previsões duvidosas

Este OE é elaborado com uma previsão de défice de 7,3% em 2020 e 4,3% em 2021. Na parte do PIB, o OE prevê uma contração de 8,5% e de uma recuperação de 5,4% em 2021, ou seja, o Governo prevê que a economia começará a recuperar já em 2021. No atual cenário de evolução da pandemia, e sabendo os efeitos económicos que a mesma pode vir a provocar, estas previsões são completamente irrealistas.

Todavia, é esta previsão que justifica um aumento da receita de 6,9% de impostos em 2021. No meio disto, o PS vai ainda entregar mais 1,6 mil milhões para pagamento das parcerias público privadas;

850 milhões para o fundo de resolução bancário que, com um grau de probabilidade muito elevado, irá parar aos cofres do Novo Banco (o mesmo é dizer ao fundo LoneyStar); 850 milhões que se vão somar aos 3 mil milhões recebidos ao abrigo dos anteriores orçamentos e ainda 50 milhões para o BPN (que se vão somar aos 7 mil milhões recebidos nos últimos 10 anos)

Se ainda tivermos em conta que a dívida já ultrapassou os 130% do PIB e que o ano ainda não acabou, então, é fácil perceber que muito em breve entraremos no discurso da inevitabilidade: “É que não há dinheiro, lembram-se?”.

NACIONAL

VAI FICAR TUDO BEM



AUSTERIDADE

Orçamento de estado mantém a austeridade

O que é que tudo isto tem a ver com o Orçamento do Estado (OE) para 2021? Nada, ou talvez tudo.

Vamos deixar essa conclusão para quem nos queira acompanhar até ao final deste texto.

O psicodrama a que temos assistido nos últimos dias sobre a possibilidade ou não de aprovação do OE é apenas isso: um psicodrama ensaiado para nos fazer acreditar em grandes mudanças, quando tudo vai ficar pior.

FUTURO

A austeridade que já está e a que vai chegar

Costa sabe, apesar de todas as promessas em contrário, que a austeridade é inevitável e não tem nenhum problema com isso. Este é o mesmo Governo que alterou o Código do Trabalho, acrescentando precaridade à precaridade anteriormente imposta pelo governo PSD-CDS, e que manteve a redução do período e valores dos subsídios de desemprego. A reposição de rendimentos do trabalho pelos governos socialistas é um mito que este orçamento desmente. Não é de estranhar, pois há muito que a social democracia socialista perdeu o seu élan reformador para ser apenas mais um excelente administrador do capital.

Para alcançar um défice em plena pandemia de 4,3% em 2021 (como se propõe) será inevitável reduzir salários (direta ou indiretamente) e aumentar a precaridade do trabalho para garantir a reposição da taxa de lucro do capital.

Outra possibilidade será, claro, aumentar a dívida pública, quer por recurso direto aos mercados financeiros, quer pela utilização dos milhões que a UE já disponibilizou para este fim. Em qualquer dos cenários, os trabalhadores vão perder e o conjunto seletor de milionários com que começamos este texto vão acrescentar aos seus ganhos alguns milhões de milhões de euros.

PANDEMIA

Como responder ao descontrolo da pandemia?

Dez meses após a identificação, em Wuhan, na China, do primeiro caso de infeção pelo coronavírus, totalizavam-se em finais de outubro quase 50 milhões de casos e 1 milhão de vítimas mortais em todo o mundo. Em Portugal, a situação agravou-se face à registada em março, quando foi decretado o confinamento: alcançou-se o número recorde de mais de 4 mil casos num só dia. O número de óbitos também subiu, chegando a 40. O que fazer?

CRISTINA PORTELLA

Na Europa, depois da trégua do verão, os números de infetados aumentaram de forma avassaladora, levando governos a implantar o recolher obrigatório e confinamentos localizados ou totais na tentativa de estancar o avanço da pandemia. Em Portugal, o governo de António Costa tem uma política de zigue-zagues: não reforçou o SNS, aprova medidas que não combatem a pandemia e vem equacionando medidas repressivas como o estado de emergência e o recolher obrigatório. Só rejeita até agora o único recurso que realmente conseguiu abrandar a primeira vaga da pandemia e impedir que o SNS entrasse em colapso: o confinamento, com o fecho de escolas, empresas (muito parcial), comércio e atividades não essenciais.

Alega-se, do PS ao PSD, passando pelo Presidente da República, que as pessoas estão fartas de confinamento. É verdade, mas não é essa a razão central para explicar por que o Governo, direita e empresários recusam o confinamento, assim como também não é verdade que a maioria da população rejeitasse esse encaminhamento, caso fosse acompanhado de medidas de proteção social. Os três primeiros estão interessados em manter o funcionamento da economia para não afetar os lucros da patronal. As pretensas iniciativas do Governo para manter o emprego não resultaram; basta verificar o número de desempregados, que não para de aumentar. O lay-off revelou-se um excelente expediente para as empresas – inclusive as de grande dimensão, que poderiam perfeitamente prescindir desse recurso –, mas não

para os trabalhadores. O desemprego, a pobreza e a fome foi a consequência de um confinamento que não salvaguardou os direitos de quem trabalha, mas sim os investimentos dos grandes empresários, como a Lone Star, o fundo abutre que comprou o Novo Banco, para quem nunca faltou dinheiro do Estado,

mesmo em época de pandemia. Um exemplo chocante dá-se no Grupo TAP, empresa privatizada e agora reconduzida ao setor estatal, onde – segundo o Ministro das Infraestruturas e da Habitação – estão previstos 2.800 despedimentos até março do próximo ano.

QUARENTENA

Confinar com proteção social

Não é possível deter a pandemia pela ponta, isto é, nos internamentos e nas Unidades de Cuidados Intensivos (UCI). É necessário um confinamento que impeça o colapso do SNS e que proteja os trabalhadores e as suas famílias, com a garantia de salário, emprego e transporte público de qualidade. É imoral a continuidade da verdadeira tragédia verificada nos lares, onde viviam

cerca de 40% das vítimas mortais da Covid-19 em Portugal. Uma boa parte desses lares são administrados pela Santa Casa da Misericórdia, uma instituição com mais de 500 anos e muitos recursos, e que ainda recebe financiamento do Estado. É indispensável a intervenção e a nacionalização desses lares, para que os idosos tenham direito a manter a sua vida.

Privados só querem lucrar

Depois de recusarem o tratamento a doentes covid, inclusive àqueles que, pelos seguros de saúde que pagam, teriam direito a isso, os hospitais privados já admitem fazê-lo. Mas em que circunstâncias e a que preço? No fecho desta edição ainda não estava esclarecido. Com a aceleração da pandemia e as dificuldades do SNS responder ao covid e não-covid, é preciso ser claro e requisitar os privados sem qualquer contrapartida monetária.

Até agora, os hospitais privados negavam-se a tratar doentes covid. Chegaram ao cúmulo de interromperem tratamentos, inclusive de grávidas, por lhes ter sido diagnosticada a infeção pelo coronavírus. Isso porque o Governo, no início da pandemia em Portugal, tinha deixado claro que não pagaria o tratamento desses pacientes, a não ser que tivessem sido encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS). Uma decisão correta, porque o SNS ainda tinha possibilidade de prestar atendimento a todos que necessitassem, e as fragilidades existentes, provocadas por anos e anos de sub dotação orçamentária, deveriam ser superadas com a injeção de mais recursos humanos e ma-

teriais no próprio sistema público de saúde, e não no privado. É do conhecimento de todos que o setor privado de saúde é uma indústria como outra qualquer, cujo objetivo primordial é o lucro, e não o bem-estar dos cidadãos. Mesmo antes de acordar com algumas Administrações Regionais de Saúde (ARS), conforme divulgado pela imprensa em finais de outubro, o internamento de doentes covid, o setor já estava a lucrar com a pandemia. O Luz Saúde, do qual faz parte o Hospital da Luz de Lisboa, faturou 37,6 milhões de euros com a venda de material de proteção, principalmente máscaras, em contratos com o Estado, na sua maior parte com a Direção Geral da Saúde (DGS).



LÓBI

Indícios

Em finais de outubro, quando a pandemia apresentava o maior número de infetados/ internamentos até então registados em Portugal – mais de 4 mil infetados e 1834 pessoas internadas –, começaram a ser divulgadas iniciativas no sentido de incorporar o serviço dos hospitais privados no tratamento de doentes covid. Uma das mais representativas nesse sentido deveu-se aos bastonários da Ordem dos Médicos, o atual e anteriores, numa carta aberta à Ministra da Saúde intitulada “O momento do SNS”. Nessa carta, afirma-se que o SNS “sozinho não poderá ajudar a todos” e estaria “exposto a uma disrupção grave no seu funcionamento”. A alternativa, portanto, seria envol-

ver o setor privado. A resposta não tardou. Dezenas de médicos assinaram – corretamente – uma outra carta aberta acusando a subscrita pelos bastonários da Ordem dos Médicos de propor um caminho que aumentaria as insuficiências apontadas ao SNS e conduziria à privatização da saúde: “Muito simplesmente – concluem os médicos – tratar-se-ia de levar o SNS a comprar (ainda mais) serviços aos estabelecimentos privados.” A crítica dos bastonários ao SNS também não ficou sem contestação: “A resposta exemplar do SNS na primeira vaga não foi só devida à abnegação de médicos e outros profissionais. Deveu-se também à estrutura e ao espírito do SNS”.

A receita do governo é a repressão

Uma das medidas previstas no primeiro estado de emergência decretado em março pelo governo PS foi a suspensão do direito de greve. Parecia uma iniciativa um pouco esdrúxula, mas tinha lógica do ponto de vista do Governo. Como António Costa não pretendia

adotar medidas que garantissem um confinamento sem fome e com trabalho para todos, precava-se contra possíveis reações de protesto. Da mesma forma, responsabilizou os jovens, em especial os moradores dos bairros da periferia das grandes cidades, boa parte deles negros,

afro-descendentes e imigrantes, pelo não cumprimento das normas de distanciamento social. Os seus ajuntamentos foram reprimidos, algumas vezes de forma violenta, como ocorreu na Cova da Moura e na Quinta do Mocho, na periferia de Lisboa. Um contraste evidente com o que aconteceu, por exemplo, no campeonato de Fórmula 1 no Algarve, onde uma aglo-

meração muito superior só recebeu uma reprimenda da Diretora-Geral de Saúde. O estado de emergência é um recurso desnecessário, retórico e de repressão, tal como o recolher obrigatório. Não servem para combater a pandemia, mas desviam a atenção do que realmente deve ser feito, enquanto atacam as liberdades democráticas da maioria da população.

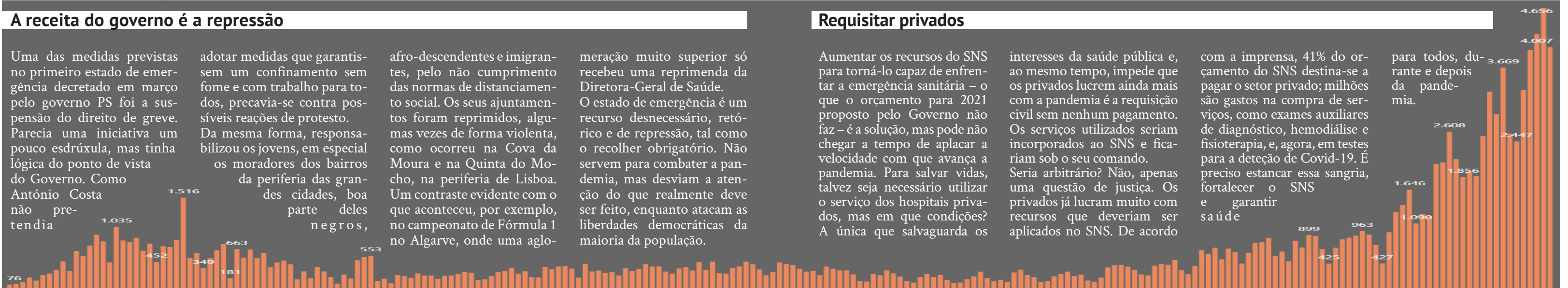
Requisitar privados

Aumentar os recursos do SNS para torná-lo capaz de enfrentar a emergência sanitária – o que o orçamento para 2021 proposto pelo Governo não faz – é a solução, mas pode não chegar a tempo de aplacar a velocidade com que avança a pandemia. Para salvar vidas, talvez seja necessário utilizar o serviço dos hospitais privados, mas em que condições? A única que salvaguarda os

interesses da saúde pública e, ao mesmo tempo, impede que os privados lucrem ainda mais com a pandemia é a requisição civil sem nenhum pagamento. Os serviços utilizados seriam incorporados ao SNS e ficariam sob o seu comando. Seria arbitrário? Não, apenas uma questão de justiça. Os privados já lucram muito com recursos que deveriam ser aplicados no SNS. De acordo

com a imprensa, 41% do orçamento do SNS destina-se a pagar o setor privado; milhões são gastos na compra de serviços, como exames auxiliares de diagnóstico, hemodiálise e fisioterapia, e, agora, em testes para a deteção de Covid-19. É preciso estancar essa sangria, fortalecer o SNS e garantir a saúde

para todos, durante e depois da pandemia.



CAMPANHA #TRABALHARMOS MENOS PARA TRABALHARMOS TODOS

Perante a pandemia, o desemprego e a precariedade, Costa só protege os patrões

Quem não se lembra do drama do desemprego que assombrou o país durante a Troika? A crise económica, que já se vinha gestando antes, explodiu com enorme brutalidade com a pandemia, colocando de novo na ordem do dia o problema do desemprego. Crescem as filas das instituições de apoio alimentar, enquanto nas ruas da capital já é visível o crescimento do número de sem-abrigo.

MARIA SILVA

Em 2012/2013, o desemprego rondou os 16%; entre os jovens, chegava a cerca de 25%. As consequências para a classe trabalhadora foram dramáticas. O governo PSD/CDS, perante a situação de crise, alterou a lei laboral para facilitar despedimentos e retirou apoios a quem ficou sem emprego. Por isso, conhecemos bem a receita deles para lidar com o desemprego.

PANDEMIA E DESEMPREGO NO GOVERNO PS

Perante a crise atual, o PS diz que faz diferente e que quer proteger a coesão social protegendo os mais fracos. Mas desde o início da pandemia

vimos os trabalhadores informais e os falsos recibos verdes ficarem sem trabalho e sem apoios dignos. Milhares de trabalhadores por conta de outrem foram despedidos.

Agora que começaram a terminar os lay-offs, preparam-se novos despedimentos. Só no grupo TAP (Groundforce incluída) são 2600 despedimentos. Na Autoeuropa, apesar dos lucros milionários, 120 operários não viram renovados os contratos em outubro. No Algarve, a região mais afetada pelas quebras no turismo e restauração, o desemprego cresceu 157% em setembro. Já são cerca de 500 mil desempregados no país. O desemprego está a crescer assustadoramente e assim vai

continuar nos próximos tempos. Até ao fim do ano, o Governo prevê 8,7% de desemprego, mas estudo realizado pela Universidade Nova de

Lisboa aponta para 10%, com alguns concelhos a ultrapassar os 20%. É preciso uma resposta da classe trabalhadora à altura deste problema.



POLÉMICA

EXTREMA-DIREITA PROTEGE OS RICOS

O Chega ataca os subsídios miseráveis dos mais pobres, mas Ventura, que se diz “antis-sistema”, é incapaz de propor alternativas que acabem com o desemprego e a precariedade e protege os lucros dos ricos com propostas de privatização da saúde e liberalização do mercado de arrendamento e dos direitos laborais.

ESQUERDA PROPÕE REMENDOS

O PCP e o BE discutem me-

lhorias das condições de acesso ao subsídio de desemprego, propõem revogar as medidas do código laboral de Passos e Portas e impedir as empresas de deixarem cair a contratação coletiva. Mas nenhum deles propõe medidas que acabem com a precariedade. O BE propõe proibir os despedimentos para as empresas que tiveram lucros ou que recebem apoios do Estado; isso seria o mínimo da decência, mas não ataca o problema estrutural do desemprego na sociedade capitalista.

CAMPANHA #TRABALHARMOS MENOS PARA TRABALHARMOS TODOS

Uma proposta revolucionária: trabalharmos menos, para trabalharmos todos



#TRABALHARMOS MENOS PARA TRABALHARMOS TODOS

Iniciamos neste jornal uma Campanha intitulada “Trabalharmos menos, para trabalharmos todos”, onde discutiremos o problema do desemprego e da precariedade, como se concretiza em vários setores hoje e quais as alternativas da classe trabalhadora perante o seu agravamento nestes tempos de crise.

Os patrões vivem à custa da riqueza produzida pelo nosso trabalho e devem suportar os custos desta crise. Por isso, não podemos aceitar que o desemprego transforme uma parte dos trabalhadores em miseráveis. Assim, é necessário defender uma real proteção no desemprego, de acesso a todos e com valores que permitam viver, e não mendigar, como hoje.

Simultaneamente, os trabalhadores não podem pagar o custo da crise através do

financiamento direto dos lucros das empresas (lay-off, por exemplo) ou indiretamente, ao permitir que as empresas despeçam e imputem à Segurança Social um acréscimo de custos que é responsabilidade sua.

A solução do desemprego passa por criar emprego digno e estável para todos. Como fazê-lo? As propostas são várias, mas há uma essencial: trabalharmos menos horas, para podermos trabalhar todos.

POLÉMICA

Uma proposta irrealizável ou revolucionária?

Esta proposta permitiria não apenas responder estruturalmente ao problema do desemprego, mas também dar uma qualidade de vida e de saúde muito superior a todos os trabalhadores.

Mas sim, ela tem um custo: mexer no bolso dos grandes capitalistas, que vivem de se apropriarem da riqueza criada pelo nosso trabalho. Sabemos que muitos capitalistas dirão que isso não é sustentável. Exijamos, então, a abertura dos livros de contabilidade, para que sejam os trabalhadores a controlar o que se gasta, onde se gasta, para onde vão os lucros e, se necessário, que os trabalhos tomem o

controle das empresas, reorganizando a sua produção ao serviço do que é socialmente útil e necessário, e não o que é lucrativo para os capitalistas. A possibilidade ou impossibilidade de concretizar estas reivindicações depende da relação de forças da classe trabalhadora e só a luta poderá ditar a sua implementação. Sem sair a lutar, a alternativa será pagarmos com desemprego e miséria a crise que não é nossa.

Por isso, lutar por estas reivindicações é o início, mas sabendo que do capitalismo nada podemos esperar. Acabar com o desemprego precisa de uma nova revolução.

MEDIDAS

Redução do horário de trabalho sem redução de salário

Historicamente, a revolução industrial e a eletricidade trouxeram um aumento das horas de trabalho. A classe trabalhadora travou uma luta histórica pela redução da jornada semanal de trabalho. Em Portugal, as 8h diárias (48h semanais) foram conquistadas em 1919. Apenas nos anos 90 se implementaram as 40h semanais. Países como a França têm 35h semanais, o que em Portugal existe apenas no setor público. Hoje, a tecnologia e a automação permitem diminuir ainda mais o horário de trabalho, o que permitiria mais tempo para o lazer, para a família, etc. Perante esta crise económica, há menos consumo e menos trabalho em diversos setores, como a aviação ou o turismo, ou seja, há uma menor necessidade de horas para fazer o trabalho necessário. Na lógica capitalista, a resposta é reduzir o número de trabalhadores, agravando o desemprego. Mas há alternativas: dividir o número de horas de trabalho necessárias pelos trabalhadores existentes, reduzindo a jornada individual de trabalho

e mantendo o salário sem qualquer redução.

OUTRAS PROPOSTAS

Esta proposta deve, na nossa opinião, ser só o ponto de partida para discutir um conjunto de exigências para ir ao fundo da questão. Nesse sentido, devemos juntar as reivindicações de um plano de obras e serviços públicos que crie emprego e responda às necessidades sociais e ambientais do país, por exemplo, aumentando o número de trabalhadores na saúde, educação e outros serviços públicos e sociais (como lares e creches, que hoje estão fora do âmbito estatal), que melhore as infra-estruturas de transportes coletivos e de resposta ambiental.

Devemos também restringir a utilização do trabalho por turnos aos setores essenciais, obrigando a que haja mais trabalhadores em simultâneo no horário “normal” para cumprir o trabalho necessário. É preciso proibir os despedimentos e acabar com as empresas de trabalho temporário e de outsourcing e os recibos verdes.

Os vários rostos da violência na vida das mulheres trabalhadoras

Dia 25 de novembro assinala-se o Dia Internacional de Luta contra a Violência sobre a Mulher. O Em Luta foi falar com mulheres que são também ativistas. Falaram-nos de como veem o problema da violência, como ele se expressa no seu local de trabalho, mas também do que é preciso mudar neste campo.

DA REDAÇÃO

Dafine Andrade é motorista de Uber, negra e imigrante brasileira a viver em Portugal. Contou-nos que foi agredida por um colega de trabalho. A resposta que obteve expressa bem a impunidade: “A violência que eu sofri por um colega de trabalho não deu em nada (...) eu fui na esquadra, houve julgamento, e o processo foi arquivado”.

O seu relato sublinha a falta de preparação especializada das instituições, em particular da Polícia: “Quando foi necessário tirar fotos para mostrar os hematomas no corpo, o policial queria que eu ficasse nua na frente de outros dois agentes”. O caso de Dafine mostra ainda como o problema da violência é agravado



pelo problema do racismo e da xenofobia: “Você não tem direito de ser defendida ou tratada como uma cidadã comum, embora eu contribua como cidadã em todos os âmbitos”.

DISCRIMINAÇÃO

A violência da sociedade, agravada pela maternidade

Todas as mulheres com quem falámos realçaram a importância de olhar a violência de uma forma ampla. “Podemos falar de várias violências”, diz-nos Carla Melo, trabalhadora da SPDH-Groudforce no Aeroporto de Lisboa, ativista e, recentemente, candidata à CT da sua empresa. “A violência social é esta desigualdade, estando a mulher destinada a determinados trabalhos, ao campo doméstico, a diferença salarial e a discriminação no trabalho porque somos mães...”. Para Carla, o assédio moral é muito mais comum sobre as mulheres, em particular as mais jovens e precárias. Falou-nos de como a empresa utiliza o direito das mulheres a horários que per-

mitam conciliar trabalho e família (numa empresa que trabalha por turnos) para semear a divisão entre trabalhadores, culpabilizando-as pelos maus horários da empresa. Vanda Mendes é trabalhadora da Câmara Municipal de Lisboa e ativista do movimento Missão Pública Organizada. Também ela encontra o mesmo tipo de discriminação, agravada quando a mulher é mãe: “Nas entrevistas de trabalho somos associadas a mais faltas por causa dos filhos e da maternidade em si, porque no decorrer da vida somos mais chamadas para a assistência aos filhos. Isso não deve ser motivo de exclusão num posto de trabalho, mas infelizmente ainda é muito visto assim.”.

MULHER OPERÁRIA

Assédio e desigualdade de oportunidades

Susana Cruz é a única mulher na recém-eleita Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa (a segunda mulher na história deste órgão). Refere-nos que um dos problemas da violência é o facto de ser tabu e “o medo de serem marginalizadas só pelo facto de denunciarem o agressor”. Além disso, o facto de trabalhar numa empresa maioritariamente composta por trabalhadores homens traz outras faces da violência:

“essa violência muitas das vezes é exercida através do assédio sexual, outras por provocações sexistas, que podem incluir piropos menos oportunos, mas também achar-se que o lugar das mulheres não é aquele e que elas não têm a capacidade de exercer aquela função. Infelizmente, ainda se contam pelos dedos a quantidade de mulheres como líderes nas equipas ligadas diretamente à produção.”

ALTERNATIVAS

Informação, sensibilização e combate

Todas as mulheres concordaram que informação sobre os direitos e mais apoio são fundamentais. “Combater sendo ativista”, diz-nos Vanda. Mas tal como colocou Dafine, é preciso ir mais longe e fazer exigências ao Governo, mudando a legislação de forma a penalizar fortemente este tipo de violência e criando instituições estatais especializadas para o tratar. Susana aponta um caminho

também nos locais de trabalho: “Passa por futuramente criar grupos de trabalho que possam identificar e combater, através de ações ou até mesmo sessões de esclarecimento para que nós mulheres não nos sintamos julgadas por uma sociedade que ainda é maioritariamente machista”. Nos locais de trabalho e nas ruas, mudar a lei e lutar. O combate à violência sobre a mulher será todos os dias.

Revolução Russa: 103 anos da revolução que abalou o mundo

Há mais de um século, pela primeira vez na História, os trabalhadores tomaram o poder e iniciaram a transição para uma nova forma de sociedade: a socialista. Passados 103 anos, são muitas as interpretações deste momento histórico e, sem dúvida, para qualquer revolucionário é fundamental tirar as devidas conclusões da mais importante revolução socialista da História.



JOANA SALAY

Os que defendem que a história da revolução russa demonstra o fracasso do socialismo têm de explicar como é que, em poucas décadas, um país deixa de ser um dos mais atrasados do mundo para ser uma grande potência. Após a revolução, em ano e meio, a Rússia passou de 32 mil escolas e 10 mil bibliotecas para 60 mil escolas e 100 mil bibliotecas. De 78% de analfabetos transformou-se num dos poucos países do

mundo sem analfabetos. Chegou a ocupar o segundo lugar na produção industrial. E garantiu um avanço exemplar na conquista de direitos dos trabalhadores e dos setores oprimidos. Todos estes avanços ocorreram num país que foi devastado pela I Guerra Mundial e pela guerra civil. Esta última durou de 1917 a 1922, quando aos capitalistas russos se juntaram catorze exércitos estrangeiros para tentar impedir a consolidação dos trabalhadores no poder.

BUROCRATIZAÇÃO

Estalismo, a interrupção da transição para o socialismo

Ao isolamento da URSS a partir da derrota da Revolução Alemã somou-se o cansaço das massas russas devido aos anos de guerra civil, que fez tombar milhares de quadros da classe operária. Estes elementos fizeram crescer setores burocráticos dentro do partido Bolchevique e do Estado. E com a doença e morte de Lenine, o partido bolchevique debilitou-se ainda mais. Estas são as bases que fazem crescer o Estalinismo como corrente contrarre-

volucionária, que se apoia na burocracia do Estado, em vez de se apoiar na mobilização da classe operária. Estaline e os seus aliados efetuaram traições sucessivas, desde o assassinato da maioria da direção do partido bolchevique até ao pacto de não agressão com Hitler. Ainda assim, foram precisos muitos anos do poder burocrático para fazer retroceder o fabuloso avanço efetuado pela conquista do poder pela classe operária.

SOVIETES

Poder soviético: um exemplo de democracia

Mesmo nos momentos de guerra civil, o regime bolchevique de 1917 a 1923 foi extremamente democrático para a classe operária e para os setores populares, principalmente porque era baseado em conselhos de representantes dos operários e

camponeses (soviets), que eram órgãos de mobilização e de decisões estatais. Existiam plenas liberdades para a classe operária e para o povo, para as organizações dos trabalhadores, sindicatos, comités de fábrica e partidos soviéticos.

HISTÓRIA

As lições que a revolução russa nos traz para os dias de hoje

Em tempos de pandemia e crise social muito se fala da necessidade de superação do capitalismo para garantir uma sociedade sem opressão nem exploração, que sirva os trabalhadores e o povo pobre, que seja sustentável e não destrua o planeta. Por isso, é fundamental estudar a mais importante revolução da classe trabalhadora.

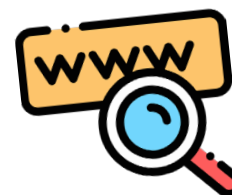
A revolução russa traz-nos a lição de que é fundamental apoiarmo-nos, em primeiro lugar, na mobilização e orga-

nização democrática da classe trabalhadora, sem ilusões de conciliação com a burguesia; de que é fundamental um partido que dirija e leve a consciência socialista para a vanguarda da classe operária; de que não é possível avançar sem um internacionalismo ativo. Seguir os passos que os operários russos iniciariam há 103 anos é o caminho para a transformação da sociedade. Vale a pena estudar e a aprender com a Revolução Russa.

Para saber mais:

Na comemoração do centenário da Revolução Russa, a LIT - QI (Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional) produziu um documentário que faz um paralelo com os dias atuais, sob a visão de líderes e trabalhadores de todo o mundo. Vale a pena conferir:

https://www.youtube.com/watch?v=9Dwx2SzpHCo&feature=emb_title



4 ANOS EM LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES

No dia 12 de novembro de 2016 foi lançado o primeiro jornal Em Luta. Era o pontapé inicial para a reorganização de militantes que queriam seguir na luta pela construção de uma alternativa revolucionária em Portugal.

APOIO ATIVO À LUTA INDEPENDENTE DA CLASSE TRABALHADORA

Durante o governo da Geringonça (PS, BE e PCP) e com o crescimento da ligação da CGTP com o regime, foram vários os setores que se mobilizaram de forma independente e em defesa dos seus direitos. Estivemos presentes na luta dos estivadores contra a precariedade e os baixos salários. Fomos parte

da construção e do apoio à greve dos trabalhadores da Autoeuropa. Estivemos na luta com os trabalhadores de call-center, motoristas de matérias perigosas, professores e funcionários públicos e ajudámos a impulsionar a luta contra as demissões no aeroporto devido à pandemia.

COM OS NEGROS E NEGRAS, MULHERES E LGBTIS CONTRA A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO

Acreditamos que o verdadeiro programa revolucionário considera a luta dos oprimidos parte fundamental da luta da nossa classe. E é por isso que estivemos na linha da frente na luta contra o racismo em Portugal. Fomos parte importante da campanha por outra lei da nacionalidade. Estivemos nas mobilizações contra a violência policial no bairro Jamaica e as

agressões a Cláudia Simões, pela punição dos crimes racistas contra Luís Giovani e Bruno Candé e na forte manifestação do 6 de junho em protesto contra o assassinato de George Floyd. Construímos também a luta das mulheres e dos mais oprimidos, participando da greve do 8 de março e na luta contra a violência sobre a mulher.

CONSTRUINDO UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO PARA PORTUGAL

Integrámos e impulsionámos diversas lutas da nossa classe em defesa dos seus direitos e por melhores condições de vida, pois a luta ativa é parte importante da nossa atividade quotidiana. Mas acreditamos também que é fundamental construir propostas ao redor de um programa independente dos governos e dos patrões, em enfrentamento com a União

Europeia e em defesa dos trabalhadores e do povo pobre. Para nós, este programa está em construção. E vamos dando alguns passos neste sentido. Impulsionámos a campanha Por Uma Nova Revolução em Portugal, no momento de comemoração dos 45 anos do 25 de Abril, e iniciamos agora uma nova campanha contra o desemprego e a precariedade.

NA LUTA INTERNACIONAL, PORQUE PELO MUNDO SOMÓS A MESMA CLASSE

Parte importante das atividades da nossa pequena organização foi acompanhar e apoiar as lutas e os processos de mobilização pelo mundo. Impulsionámos o apoio à luta de trabalhadores em Angola, Guiné, Chile, Brasil e EUA. Participámos da importante campanha pela

libertação dos presos políticos argentinos Daniel Ruiz e Sebastian Romero. A organização internacional é condição para a vitória da classe trabalhadora. Por este motivo ajudamos a construir a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional, presente em diversos países.

VEM CONHECER O EM LUTA

Quatro anos é o início de uma jornada. Consideramos que a construção por uma alternativa é um percurso que apenas iniciámos, mas é um começo fundamental para a saída estratégica da nossa classe. Pois, *se muito vale o já feito, mais vale o que será.*

Por isso, convidamos quem nos acompanha, participa das nossas atividades e nos apoia, mas ainda não reúne connosco a somar-se também a esta luta. Vem construir connosco uma alternativa revolucionária dos trabalhadores.